

## **A AMEAÇA DO CAPITAL E MINERAÇÃO - A VIDA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO PALMARES II, PARAUAPEBAS-PA**

**Eduardo Salazar de Oliveira**

Mestrando em Geografia

Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL)

Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

[brasilsalazar@yahoo.com.br](mailto:brasilsalazar@yahoo.com.br)

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é fruto das leituras e discussões realizadas na disciplina: Metodologia em Geografia ofertada no primeiro módulo da turma Violeta Parra, do curso de Pós-Graduação em Geografia Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Disciplina esta, ministrada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e pela Prof. Dr<sup>a</sup> Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, em maio de 2019.

Nesta perspectiva, nos propomos apresentar de forma sucinta o objetivo central da pesquisa em construção no referido programa, seguido de uma contextualização da região onde se desenvolve a pesquisa e a situação dos conflitos dos camponeses com a grande mineração. Estabelecendo assim, uma tecitura que, a luz dos referenciais teóricos, buscam nas categorias e conceitos da ciência geográfica, uma forma de estudo da temática em questão.

Em se tratando do projeto de pesquisa, o mesmo intenta na construção de uma análise acerca dos processos de territorialização do campesinato na região de Carajás, a partir da experiência do Assentamento Palmares II, frente aos avanços do capital mineral na Amazônia paraense.

### **POLÍTICAS INTEGRACIONISTAS PARA AMAZÔNIA E OS PROCESSOS TERRITORIAIS EM DISPUTA**

Não é possível pensar em Projetos de Assentamento (PA) no sudeste paraense de forma desconectada dos processos de territorialização em disputa por diferentes grupos sociais com diferentes interesses de uso da terra. Por um lado, temos posseiros<sup>1</sup> em busca de terra (GUERRA, 2013) e por outro lado, proprietários e empresários rurais donos de empresas agropecuárias que se apossaram de quase todas as terras devolutas pertencente ao Estado, e incentivado por este, o que gerou conflitos e violência no campo. Ademais,

---

<sup>1</sup> O posseiro é uma categoria social de matriz camponesa, caracterizada, fundamentalmente, por uma história de luta pelo reconhecimento social baseada no direito construído por habilidade profissional, pelo trabalho do conjunto de sua família e pela relação de moradia e vida que desenvolve no tempo e espaço em que se insere (GUERRA, 2013 p.117)

temos neste cenário, também, a disputa do território com a implementação dos projetos de mineração, a se destacar a mina de ferro em Carajás, que estende seus tentáculos por grandes áreas territoriais, uma característica dos grandes empreendimentos internacionais a serviço do capital (SAQUET, 2015). Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de territorialização camponesa no Assentamento Palmares II através das narrativas dos sujeitos viventes nesta localidade afim de entender que a conquista da terra não é dada da mesma forma que se dá a conquista no território.

Ainda neste contexto de diferentes interesses pelo uso da terra no sudeste paraense, há seis Unidades de Conservação (UC) geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que faz divisa com o Assentamento Palmares II, sendo elas: (1) Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, (2) Floresta Nacional (Flona) de Carajás, (3) Flona Tapirapé-Aquiri, (4) Flona do Itacaiúnas, (5) Reserva Biológica Tapirapé, (6) Parque Nacional Campos Ferruginosos e ainda a Terra Indígena Xicrin do Cateté. A se destacar, as UCs Flona Carajás e Flona Tapirapé-Aquiri, que são complexos de extração de minérios e fazem parte do Projeto Grande Carajás e interferem diretamente nos processos de territorialização nesta região, sobretudo nos territórios camponeses.

Entendo que território e territorialização são terminologias complexa e que Saquet (2015) mobiliza diversos autores para tentar conceitua-la, destaco algumas colocações importantes citadas na obra “Abordagens e Concepções de Territórios”:

O território envolve, ao mesmo tempo, as relações efetuadas pelo homem na natureza/ambiente [...] O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares. Nas condições territoriais do desenvolvimento, também trabalhadas em Dematteis (1998), há fertilidade do solo, clima, atrativos paisagísticos, estratificação social, cultura familiar específica, tradições de empreendimentos, associações de moradores, relações sociais, posses/propriedades, redes de circulação e comunicação [...] O território é entendido como enraizamento, localização, área com fronteiras, Estado-Nação, ponto de referência [...] (SAQUET, 2015, p. 111-113-114-132).

Entretanto o território não é um lugar estático, mas se caracteriza por sua dinamicidade onde estão envolvidos indivíduos que interagem entre si e mudam no tempo e no espaço (SAQUET, 2015). Deste ponto de vista, o Assentamento Palmares II no município de Parauapebas, localizado no Sudeste Paraense, próximo à um dos maiores centros de exploração mineral do planeta, foi um território essencialmente produzido por famílias vindas de outros Estados no processo de formação desta região, em especial do período planejado pela ditadura militar, que fizeram do sudeste paraense um grande foco de migração em busca do “eldorado” e da consolidação de uma política integracionista que foram desenhadas para a Amazônia durante a ditadura militar. No trabalho de Browder &

Godfrey (1997) intitulado “Urbanização, Desenvolvimento e Globalização da Amazônia Brasileira” os autores destacam algumas dessas estratégias utilizadas pelo governo militar que interferem até os dias atuais nas dinâmicas territoriais da Amazônia.

Após o golpe no governo de João Goulart e acessão do governo militar ao poder entre 1964 a 1985, a Amazônia se tornou um território estratégico, e a integração nacional passou a ser controlada pelo Estado (militares), que criou agências regulamentadoras, políticas de substituição de importação e exportação, imposição de taxas centralizadoras, zonas de livre comércio e polos de desenvolvimento. Dentre os programas para integrar a Amazônia podemos destacar a “Operação Amazônia” (1966 a 1970) voltada a afirmar a Soberania do Estado sobre a região. O Programa de Integração Nacional (1970-1974), que teve um caráter mais populista e construiu a rodovia Transamazônica, objetivou criar e integrar cidades grandes, médias e pequenas na região Amazônica e implementar Projetos de Assentamento para o desenvolvimento da agricultura de pequena escala.

O programa Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia-1975 a 1979) incentivou o retorno do investimento do capital externo, a agropecuária de larga escala, e o incentivo a extração mineral, sendo, portanto, de cunho corporativista. Foram criados os polos de extração mineral Carajás na extração de ferro, Trombetas na extração da bauxita e no Amapá do minério Manganês, assim como implantação de empresas de beneficiamento industrial, com a criação da Albras, Alunorte e Alumar. No caso da exploração dos minérios no Sudeste do Pará, cria-se o Projeto Grande Carajás. Importante destacar que para o alcance das metas foi necessário o investimento para construção da infraestrutura energética (Usina Hidrelétrica de Tucuruí) e de estradas (rodoviárias, ferrovias, portos, etc.).

Os objetivos de integração, desenvolvimento e segurança nacional com foco na região Amazônica nem sempre saíram como planejados pelo Estado, muitos problemas foram enfrentados no percurso, sobretudo os conflitos que marcam determinadas regiões Amazônicas como alvos de disputa de interesses atrelados, ainda, a intensa migração para o sudeste do Pará que inferiu em intensos conflitos pela posse da terra e crescimento da violência social na região como bem destaca Pereira (2015) na sua obra “Do posseiro ao sem terra”.

Os sujeitos migrantes que, para esta região vieram e passaram a compor uma expressiva parcela da sociedade local que não se enquadrava nos padrões produtivos pensados pelo Estado e pelos grandes grupos financeiros, se viram impulsionados a aderir as chamadas dos movimentos sociais. No primeiro momento com a assessoria da igreja Católica (PEREIRA, 2015) e, posteriormente, em evidência na década de 1990, as mobilizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) afim de garantir ações coletivas com o propósito de gerar transformação social e ao mesmo tempo construir

identidade (GHON, 1997) em uma necessidade emergente de se organizarem e lutarem por direitos, entre eles, o direito pela terra e pela identidade.

Com o avanço nas discussões ligadas a luta pela terra, com ênfase na reforma agrária, é que começou a se organizar um dos primeiros acampamentos do MST no sudeste paraense. O processo de organização das famílias e mobilização para formarem o MST aconteceu em áreas da periferia das cidades de Parauapebas e Curionópolis. Embora estes municípios tenham suas histórias marcadas pela mineração, a criação do Assentamento Palmares II reforçou um posicionamento bem definido contra a exploração mineral, porque as famílias que compõem este assentamento têm um histórico marcado e influenciado pela questão mineral. Sendo estas marcas expressas desde o processo migratório até a formação das periferias destas cidades.

Assim a história do PA Palmares II vai se tecendo, ressignificando a luta pela terra, tomando rumos de enfrentamento ao grande capital. Pois, umas das grandes marcas dos processos de ocupação realizadas pelo MST, em se tratando da criação do Palmares, foi a ocupação da área da Companhia Vale do Rio Doce denominada Cinturão Verde no ano de 1994 com 2.500 famílias. A ocupação da Cinturão Verde não durou três dias, as famílias acampadas foram violentamente expulsas pelas forças do Exército Nacional, e nesta ocasião fica claro a função protetora do Estado e seus aparelhos frente a defesa dos interesses dos grandes empreendimentos implantados na região.

Diferente dos padrões das ocupações realizadas, de modo geral, em outras localidades, onde o conflito se estabelece com a figura do latifundiário, esta ocupação, de início, já se põe de modo diferenciado, uma vez que o conflito se estabelece com os aparelhos do Estado e com a iniciativa privada. Uma questão crucial se põe no processo de luta pela terra que, a meu ver, se torna peculiar no sudeste paraense, é a reivindicação do direito de uso do território em contraposição á uma territorialização hegemônica imposta pelos grandes projetos de mineração na região, deixando, desta forma, uma sensação de “aqui é um inferno”, pois a mineração e os interesses do capital ameaçam as vidas camponesas desde antes mesmo do assentamento se tornar, de fato, assentamento. Desta forma a luta ganha ressignificação em torno da reforma agrária que se mostra com um perfil antiimperialista.

Neste interim, mesmo diante das ameaças estabelecidas com os aparelhos do Estado e da iniciativa privada, os sujeitos envolvidos na mobilização pela criação do Palmares dão continuidade ao diálogo com o Governo de modo a prosseguir com o processo de negociação com o objetivo da conquista da terra, e neste momento a ocupação acontece em frente ao INCRA na cidade de Marabá e se estendeu em 1994 por volta de seis meses. No entanto, por conta do não avanço nas negociações entre MST e Governo, as famílias retornam a Parauapebas com o intuito de reocupar a área da CVRD. Novamente

neste episódio fica evidente as opções do Estado quando, ao realizarem uma ocupação do portão que dá acesso à área da Vale, o aparato policial articulado para conter esta mobilização se mostra eficaz na defesa de uma lógica que coloca o Estado a serviço da iniciativa privada. Nesta ocasião houve ainda duas prisões da militância do MST, que aconteceram mediante a um processo de espionagem fomentado pela Vale, obtendo assim informações privilegiadas sobre a coordenação do Movimento.

É neste contexto que se constrói uma relação conflituosa entre Assentamento Palmares II e a multinacional Vale, que foi tecida ao longo da história do assentamento e que se evidenciam ao longo desses 25 anos através dos interditos proibitórios; ocupações de estradas e ferrovias; reivindicações acerca do uso do território; ameaças a reprodução de territorialidades; usos do Estado como escudo protetor, prisões e processos; pautas de negociação; projetos de compensação social; intervenção política por parte da empresa.

A primeira ocupação que viria a ser hoje o PA e a conjuntura de implantação de um dos principais projetos, que visa a intensificação da exploração de minério nas minas de Carajás em Parauapebas e Canaã dos Carajás, a duplicação da estrada de ferro que liga o polo de exploração mineral de Carajás ao porto do Itaqui no Maranhão, se configuram como fatores chaves para uma reconfiguração territorial.

Por exemplo, a Estrada de Ferro de Carajás (EFC) que corta o assentamento ao meio e várias intervenções no território passam a ser determinantes no contexto de uma nova reconfiguração territorial, assim se mostra de suma importância entender a atuação da Vale dentro das comunidades impactadas pelo seu processo de exploração, é preciso partir do contexto de que existe um saber acumulado, tanto em torno das experiências de lutas travadas com a empresa em se tratando das comunidades, quanto um saber experienciado pela empresa em lidar com determinadas situações.

Várias são as estratégias implementadas pela empresa na perspectiva de se adentrar em comunidades onde se estabelecem conflitos. O Departamento de Relações Comunitárias é a expressão desse saber especializado, que trata especificamente de mediar conflitos e estabelecer diálogo entre as comunidades que estão no entorno da área de Carajás, muitas vezes oferecendo cursos profissionalizantes, mudas e projetos vários voltados para a produção agrícola e, até mesmo, oferecem formações em Educação Ambiental para o ambiente escolar que, atualmente, as escolas das comunidades não aceitam mais por entender que estas são estratégias de desmobilização e não de construção.

Entre os anos de 2015 e 2018, devido a intensificação das obras de duplicação da EFC dentro da área do assentamento se intensificaram, também, as várias ações da empresa para com esta localidade, sendo voltadas para questão social como o projeto de compensação social voltado para financiamento da agricultura, comissão de geração de

emprego, programa de qualificação profissional e aproximação do diálogo com as associações que representam o assentamento.

Assim, dado o contexto da relação de conflitos, que se constrói ao longo do processo histórico e mais recentemente da duplicação da EFC e da intensificação a partir da atuação da Vale no Assentamento Palmares II, é que se mostra de grande relevância analisar e refletir sobre: quais perspectivas de territorialização está se constituindo no Assentamento Palmares II no Sudeste Paraense? Para responder esta pergunta traçamos como objetivo analisar o processo de territorialização camponesa no Assentamento Palmares II através das narrativas dos sujeitos viventes nesta localidade e dialogar com autores tais como Raffestin (1993) e Saquet (2015) que tratam sobre territórios, territorialidades, desterritorialização e reterritorialização; Becker (1979), que trata sobre a formação da região Amazônica, Almeida (2010) que discute as agroestratégias e dos agronegócios e Fernandes(2012), que chama o conceito de território para geografia agrária elaborando acerca do território camponês colocando como centralidade da sua elaboração teórica questões relacionadas a geografia agrária e, nesse contexto, aponta que — o território camponês é o espaço de vida do camponesa, é onde esta classe se reproduz socialmente. Para o autor, os camponeses e seus territórios são —indissociáveis isso por considerar que, um é inerente a existência do outro.

## **NOSSO TERRITÓRIO, SEU VIZINHO ESTRANHO E AS NOVAS AMEAÇAS NA PALMARES II**

Sobre esta política de apropriação de terras Almeida (2010) reflete sobre as estratégias de apropriação de grandes extensões de terras pelo agronegócio frente às comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponesas, extrativistas. etc.). Para ele estas são apropriações por parte do capital que se articulam em torno de todo um arcabouço de ideias e interesses, onde se utilizam de influências dentro de setores como o judiciário, o legislativo, o executivo e os meios de comunicação, que buscam desconstruir pelo discurso do desenvolvimento, direitos territoriais conquistados historicamente por esses grupos tradicionais. De acordo com Almeida (2010, p.102), as agroestratégias correspondem a esse conjunto de iniciativas em favor da expansão do setor agroindustrial.

Compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídicos formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e metálicas.

Sendo que essas estratégias têm como apoio o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC), setores que se aproveitam

do discurso de “Crise no setor de alimentos” para legitimar e expansão da fronteira agrícola como a única alternativa possível de conseguirem investimentos e incentivos fiscais por parte do Estado.

A mídia, nesse processo de legitimação dos processos de avanço do capital sobre as comunidades, tem um papel fundamental nas tentativas de territorialização do capital, pois dissemina um discurso que desconsidera o uso dos recursos naturais e a capacidade produtiva da agricultura de caráter familiar e até mesmo promove a sua não existência, para legitimar a apropriação desses territórios por parte do grande capital.

A lógica do discurso da grande produção se mostra contraditória, na medida em que essa forma de produção está baseada na monocultura, na produção em grande escala voltada para a exportação, sendo produção de oleaginosas e de cana-de-açúcar para atender a indústria de biocombustível. Surge, assim, uma contradição entre o discurso e a prática, quando se alega a escassez de alimento e a necessidade de ampliar a produção e, quando essa grande produção não é destinada para fins alimentícios ou são destinados para o mercado externo, faz com que a população nacional não tenha acesso a esses produtos.

Podemos observar que, mais uma, vez a pressão do discurso se volta contra as comunidades tradicionais de base familiar que, mesmo produzindo 70% do que é consumido no dia-a-dia “não tem sua produção reconhecida”, e seu território é visto como vazio disponível para o agronegócio.

Por cerca de mais de meio século o capital atua na Amazônia com mais intensidade, se apropriando dos recursos naturais provocando mudanças estruturais no modo de vida e nos ecossistemas da região, produzindo uma dinâmica violenta de expulsão de povos e populações, degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais através de várias fontes. Assim diante da consolidação de uma interferência do estado a serviço do capital, que provoca reconfigurações no espaço amazônico, uma delas nos interessa mais particularmente: a vizinha que ninguém quer ter: a Vale e sua exploração mineral.

A Vale é uma das maiores latifundiárias em termos de apropriação de áreas e recursos como minérios, rios, florestas, entre outros. Não é à toa que a Vale foi privatizada pelo governo do PSDB na gestão de Fernando Henrique Cardoso nos anos 80, fazendo parte de uma estratégia neoliberal de total entrega das riquezas nacionais aos interesses do capital financeiro internacional.

De acordo com Almeida (2010), estamos em uma nova fase do colonialismo, sendo que as riquezas em disputas são as terras agricultáveis e o alimento passa ser o “novo petróleo” e, essa nova lógica do mercado de terras, atinge os grupos menos favorecidos economicamente que, por meio de uma série de estratégias, vem sendo desterritorializadas.

No caso do assentamento em estudo podemos perceber essa ação truculenta por parte do grande capital para consolidação de projetos que dão suporte a mineração do ferro.

No Palmares II, mesmo para além das tensões estabelecidas no decorrer da história da conquista da terra, existe uma tensão entre a Vale e o Assentamento. Pois para que a extração do ferro em Carajás e outros minérios por parte da mineradora se efetive com eficiência, a empresa Vale dispõe de um complexo exploratório de outros recursos, sendo eles minerais ou não, que toma de assalto o território e os recursos naturais do assentamento.

Não obstante a grande quantidade de areia explorada do leito, do principal rio que corta de fora a fora o assentamento, é destinada principalmente a abastecer demandas da própria empresa. Monteiro (2012, p. 03) analisa que esta mineração de pequena escala teve seu auge após a privatização da CVRD, trabalhando principalmente com extração de areia e seixo, segundo o autor,

(...) o crescimento da demanda de areia pela própria mineradora e pelo setor da construção civil, motivado pelo crescimento imobiliário nos municípios da região e pelo conjunto de obras necessárias como logística para a implantação do projeto de expansão da produção mineral, entre eles, o projeto para extração de ferro, o S11D, e o projeto para a extração do cobre, o Sossego. Essas demandas intensificaram a exploração no rio Parauapebas fazendo confluir para o assentamento um fluxo de mineradores de médio e pequeno porte organizados em associações ou individualmente (de forma clandestina) para viabilizar essa forma de exploração.

O autor ainda problematiza que esta mineração de pequena escala é uma ameaça a reprodução do camponês, uma vez que esta retira a centralidade do fazer camponês, da lida com a terra, transformando o mesmo em força de trabalho (MONTEIRO, 2012). A esta reflexão poderia se somar também a transformação da terra em mercadoria, uma vez que os lotes agrícolas que estão localizados as margens do rio Parauapebas, são transformados em grandes pátios de estocagem de areia e seixo mediante o aluguel dessas áreas, este padrão de uso do lote agrícola retira a centralidade da lida com a terra ameaçando, pois, a continuidade do fazer da agricultura familiar.

Outra perspectiva de apropriação e exploração dos recursos minerários do assentamento, diz respeito as atividades realizadas pela empresa Monte Granito no processo de extração de brita, que igualmente a extração de areia e seixo, servem aos interesses e necessidades da mineradora, sendo ainda estes produtos utilizada na construção civil ou diretamente ligada a expansão dos projetos minerários de Carajás e Canaã.

O local de instalação e exploração da pedreira fica próximo do assentamento e, para garantia da exploração desta pedreira, faz-se rotineiramente a realização de grandes

explosões, fato este que afeta diretamente os agricultores que tem seus lotes fazendo divisa com área de exploração. Os impactos também chegam em proporções igualmente impactantes na agrovila do assentamento. Dada sua proximidade da pedreira os moradores sofrem com o barulho das explosões que ocorrem sem ao menos informar os moradores do assentamento, que tem suas casas acometidas por rachaduras e sofrem com alto índice de poeira causados por explosões e tráfego de caminhões basculantes.

São realizadas em média três explosões por semana, que não seguem nenhum cronograma preestabelecido para informar as pessoas nas imediações. Após a realização das explosões, as pedras são transportadas até o britador por meio de caminhões, para então serem quebradas em tamanhos menores, em média de 250 mm, sendo estas consideradas pedras de mão. Após o processamento da pedra bruta, transformando esta em pedra de mão, a mesma retorna para o britador para então serem processadas conforme o interesse em obter determinados produtos, sendo eles: pó de brita, brita – 01, brita-02, brita, brita-03, Bica corrida e rachão. Estes produtos são utilizados das mais variadas formas, mais principalmente como matéria prima para construção da duplicação dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás. São dois britadores responsáveis pela produção de mais de 2.956 toneladas de brita produzidas por dia, somando um total de mais de 880 toneladas ao mês, e 322.000 toneladas de brita ao ano.

Outra evidência que marca este avanço da mineradora acerca do território camponês tem a ver com a instalação de linhas de transmissão elétricas que foram e serão construídas para fornecer energia ao complexo de exploração mineral em Carajás e Canaã.

Ao realizar visitas em umas das localidades do assentamento onde os conflitos estão intensos observamos uma assentada ao olhar em direção as torres de energia e refletir sobre essa convivência inevitável, que se tornou presente através da memória do processo de destruição da casa, mas também da convivência obrigatória com um vizinho estranho fincado no quintal de sua casa.

*Estou com medo de qualquer momento cair uma torre dessa e atingir a gente aqui... que a gente não esperava uma coisa dessa dentro do que é da gente, justamente foi ganhado pelo MST, pelo o INCRA. Mais eu não esperava. Como agente considera ser da gente e agente viver disso... além de ser desabrigada da casa que agente sonhó e construiu e agora tá dentro de outra, mas a gente fica com esse medo, com esse assombroso quando vem um temporal de chuva agente já ficar nervoso.*

As instalações destes empreendimentos tiram faixas significativas de terras dos lotes agrícolas dos agricultores e agem violentamente nos processos de implantação dos mesmos, como bem nos mostra a assentada Dona Nega (nome que ela prefere ser chamada), que teve sua casa demolida para dar lugar a implantação de um destes projetos.

*Eu mudei para cá, aí nesse período eles de vez enquanto vinham e falavam que ia ser demolido. Daí passou dois anos, aí com dois anos, quando menos esperava eu estava em Parauapebas quando meu filho me ligou: mãe vem aqui as pressas, aqui tem polícia! Aqui tinha polícia federal, polícia do tático, polícia civil, o escrivão e mais a gente da empresa tudo aqui como que fosse casa de bandido.*

Mediante tais tensões que o Assentamento Palmares II vem enfrentando atualmente é possível refletir sobre duas questões importantes que se desenham e estão relacionadas. Primeiro, que se o “território é um lugar onde se projeta trabalho e por consequência revela relações de poder” (RAFEFFESTIN, 1993) os assentados nesta perspectiva agora não lutam apenas pelo espaço, pois este já foi conquistado, mas lutam pela conquista permanente do poder de se construir um território autônomo.

A segunda reflexão a ser considerada neste aspecto é em relação ao uso dos recursos que este espaço oferece, que também para Raffestin (1993), o uso recursos, em especial solo e água, são objetos de relações de poder. Portanto a utilização dos recursos ou dos bens naturais e as estratégias, tecnologias e multiciplidades de uso revelam relações conflituosas de poder neste território. Mediante tais relações conflituosas, um assentado a caracteriza de forma drástica “aqui a vida esta difícil” em uma revelação do quanto as pressões de disputas territoriais são intensas.

Não apenas isso, mas revelam também mudança dos modelos de reprodução simples para a lógica da produção ampliada. Esta última agora não caracterizada apenas pela Vale, como em tempos anteriores, mas tem se expandido com a entrada de outras pequenas minerações e também se expandido quando se trata da produção em modelo de monocultivo e mais intensamente da pecuária. Na lógica da reprodução simples em comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e caboclos, o objetivo da produção é a subsistência, com pouca tecnologia e múltiplas atividades a fim de garantir a diversidade (SCHMINK & WOOD, 1987).

## **CONSIDERAÇÕES**

Compreendemos que para realizar uma análise acerca da temática proposta, precisamos ter como base central a realidade concreta, onde a mesma a luz do referencial teórico proposto e com base nos conceitos centrais, possam analisar as formas de vida, a vida material e as formas da produção da existência apontando estes, como elementos estimuladores e impulsionadores da construção de problemáticas que norteiam o fazer científico.

Neste interim, tão quão importante e fundamental, também se apontam no fazer desta, o diálogo permanente entre os conceitos historicamente acumuladas no processo de

consolidação de algumas ciências, (em nosso caso específico da geografia), e a realidade em que estão inseridos nosso campo de pesquisa. Para tanto, e parafraseando Pires (1997)<sup>2</sup> não abrimos mão do materialismo histórico dialético como forma de análise da realidade.

Assim, problematizar a realidade em que estamos inseridos e suspender os pontos de vista para além do senso comum, em uma situação em que há vejo todos os dias em meu assentamento, é olhar o mundo com outros olhos

—...de tal maneira que se tornem lentes a dirigir o olhar, ferramentas invisíveis a captar sinais, recolher indícios, descrever práticas, atribuir sentido a gestos e palavras, entrelaçando fontes teóricas e materiais empíricos como quem tece uma teia de diferentes matizes. Tal é, a meu ver, a aventura da pesquisa científica. (DUARTE, 2002 p.152).

Assim levamos em consideração, também, que a experiência do pesquisador e suas trajetórias vivenciadas no processo de construção da história do lugar onde será realizado a pesquisa, precisam ser elucidados com não menos teor acadêmico, uma vez, que, assim como Batista (2013) da ideia de que não existe neutralidade e/ou imparcialidade científica no ato da pesquisa, em especial quando se trata das ciências humanas. Pois, segundo a autora toda atuação humana está ligada a um fundamento ideológico. Deste modo, este trabalho não se constitui fora dessa análise. Não é uma pesquisa neutra, daí se torna necessário nos colocarmos como sujeitos de experiências e de saberes na sudeste paraense e na consolidação do Assentamento Palmares II.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. 2010. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: A. Almeida et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina. pp. 101-143.

BECKER, B. K. **Agricultura e desenvolvimento no Brasil: a expansão da fronteira agrícola**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BROWDER, J. O. e B. J. GODFREY. Geopolitics, Regional development, and urbanization. Cap. 3, *Rainforest Cities*. Columbia University Press, NY. 1997

BATISTA, A. F. **Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul**. Presidente Prudente: [s.n], 2013, 276 f.

FERNANDES, Bernardo. Tipologia de Territórios. Revista NERA, 2008.

---

<sup>2</sup> Disponível: [https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1414-32831997000200006&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1414-32831997000200006&script=sci_arttext); acessado em 08/01/2019

GUERRA, [G. A. D.](#) **O Posseiro Da Fronteira:** Campesinato e Sindicalismo no Sudeste Paraense. Ed. Paka-Tatu, p. 139. 2013.

MONTEIRO, E. S. Mineração de pequena escala e lógica da reprodução camponesa: estudo de caso do Assentamento Palmares II. PPG- Especialização em Ed. do Campo, Agroecologia e questão agrária na Pan Amazônia. UFPA. 2012. 19 p.

SCHMINK, M. E; WOOD, C. The “Political Ecology” of Amazonia. In: *Lands at Risk in the Third World*. Little & Horowitz (Eds). Westview Press: Boulder, 1987.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. 4 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 192 f.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.